

**COMITÊ BRASILEIRO DE BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO
(CBTC)****ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Identificação da Reunião

Página 1 de 7

Número/Ano: 02/2015	Data: 28/05/2015
Início: 14 h 30 min	Término: 17 h 30 min
Local: FIRJAN	

PARTICIPANTES

NOME	ENTIDADE
Alex Sandro Malaquias	Inmetro
Alexandre Lobo	MDIC
Alice Baldan	Inmetro
Andrea Queiroz	Inmetro
Anna Camboim	Inmetro
Camila Zelezoglo	ABIT
Cassia Ferreira	ABIA
Claudia Teixeira	FIRJAN
Diego Pizetta	Inmetro
Diego Hrycylo	Abiquim
Eliane Fontes	Inmetro
Fabian Yaksic	Abinee
Fernando Almeida	SMPE
Fernando Tibau	Abiquim
Flavia Alves	Inmetro
Gabriella Nicacio	Inmetro
Graziele Poletto	Ibravin
Guilherme Cassaro	IBÁ
Guilherme Guelfi	Sindipeças
Gustavo Kuster	Inmetro
Joffre Moraes	Abimo
Juliana Ghizzi	MDIC
Juliana Suzuki	FIESP
Julio Baena	MMA
Kauê Carvalho	Abimaq
Leandro Barcelos	CNI
Lígia Ferreira	Instituto Aço Brasil
Luís Gustavo Lima	BSL
Manuela Gomes	Apex Brasil
Marcus Miranda	Anvisa
Maria Manuela Santos	Inmetro
Mariana Reis	Inmetro
Mauro Laviola	AEB
Natalia Martins	AGU
Paulo Nicola	Inmetro
Paulo Ferracioli	FGV
Reinaldo Wacha	Inmetro
Rita Vieira	ANP
	Inmetro

Rosária Baptista	RCB
Sulamita Bushatsky	Inmetro
Sylvio Napoli	ABIT
Tamara Cancon	Anfacer
Vera Thorstensen	FGV
Yane Carvalho	Anvisa

AGENDA

1. Abertura;
2. Aprovação da ata da reunião de março de 2015;
3. Informes sobre indicações dos membros do CBTC;
4. Apresentações sobre avaliação dos impactos regulatórios no Brasil;
5. Apresentação sobre o comércio e as novas barreiras regulatórias: Coerência ou convergência?
6. Relato dos setores industriais sobre barreiras técnicas enfrentadas;
7. Relato da última reunião do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio da OMC;
8. Temas que serão discutidos na próxima Reunião do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio
9. Outros assuntos.

1. Abertura

A Presidente do CBTC, Vera Thorstensen, abriu a reunião, iniciada às 14 h 30 min, dando boas vindas aos participantes, e pedindo para que os membros se apresentassem. Em seguida, agradeceu a presença de todos e salientou a importância de discutir pontos já abordados na reunião anterior.

O Chefe da Divisão de Superação de Barreiras Técnicas da Coordenação-Geral de Articulação Internacional do Inmetro, Rogerio Corrêa, exerceu a secretaria executiva do Comitê. Iniciou dando boas e informou que a próxima reunião será na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em São Paulo.

2. Aprovação da ata da reunião de março de 2015

Rogerio Corrêa apresentou a pauta da reunião e perguntou se existem observações a serem

feitas na ata da reunião anterior. Vera Thorstensen disse que qualquer alteração poderá ser enviada por e-mail. Foi decidido aprovar a ata, com observações a serem enviadas a posteriori.

3. Informes sobre indicações dos membros do CBTC

Rogério Corrêa comentou que a Secretaria Executiva e a Presidência enviaram Ofícios aos Membros Deliberativos, conforme Resolução nº 1 de 03 de dezembro de 2014, solicitando representante Titular e um Suplente nas reuniões do Comitê. Informou que alguns órgãos já indicaram seus representantes, porém alguns órgãos ainda não enviaram e que precisamos das indicações formais.

Rogério Corrêa informou também que a Anvisa enviou solicitação para ser considerada como Membro Deliberativo e outra da AGU para ser considerada como Membro Consultivo. Assim, foi perguntado se havia alguma objeção a ser feita em relação às solicitações propostas. Como não houve objeção por parte dos presentes, as solicitações foram aceitas.

4. Apresentações sobre avaliação dos impactos regulatórios no Brasil

O Chefe da Divisão de Articulação Externa e Desenvolvimento de Projetos Especiais, do Inmetro, Gustavo Kuster, apresentou o trabalho desenvolvido para elaboração de regulamentos técnicos, seguindo o guia de boas práticas de regulamentação do Brasil e o trabalho do Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade.

Rogério Corrêa comentou que o Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade tem um caráter defensivo, enquanto o Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio tem uma pauta ofensiva. Apesar da diferença, ambos trabalham em sintonia e a estratégia de defesa do Brasil deve ser discutida nos dois Comitês.

Gustavo Kuster fez uma breve explicação sobre o trabalho que vem desenvolvendo no Inmetro. Explicou que é responsável pela gestão da agenda regulatória do Inmetro, pelas análises de impacto regulatório e também da avaliação de resultado dos regulamentos.

Na apresentação foi destacada a Portaria Nº 252, de 27 de maio de 2015, publicada na data da presente reunião, que estabelece as diretrizes de formalização e transparência da regulamentação do Inmetro.

Os principais pontos da apresentação foram:

- A lógica do processo;
- Dados sobre o processo de análise regulatória;
- Competência para regulamentar do Inmetro;
- Análise de demandas;
- Custo benefício do regulamento; e
- Acordos com agências estrangeiras.

No final da apresentação, Mauro Laviola da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) questionou qual seria o caráter da regulamentação, defensivo ou ofensivo. Gustavo Kuster respondeu que o caráter da regulamentação depende da análise do cenário.

Rogério Corrêa complementou respondendo que as demandas feitas aos regulamentadores são, na maioria das vezes, defensivas, mas um trabalho de impacto regulatório bem feito facilita uma ação ofensiva. Informou também que há um trabalho interno de alinhamento com o que é feito no exterior.

5. Apresentação sobre o comércio e as novas barreiras regulatórias: Coerência ou convergência?

Vera Thorstensen começou sua apresentação lembrando termos complexos como padrões privados, já discutidos na Reunião do CBTC de março de 2015. Ela comentou sobre as reuniões que participou no exterior e salientou que o Brasil precisa dar mais atenção sobre o tema.

Foi explicado o conceito de convergência, coerência e cooperação regulatória. Além disso, foi destacado que questões como tarifas e regras de origem perderam importância nas negociações e o tema que demanda mais atenção agora é a convergência de normas técnicas.

Vera Thorstensen comentou que o governo precisa alargar seus estudos na área de sustentabilidade, que permeia o âmbito TBT e SPS, e sobre o fato dos padrões privados estarem crescendo em zona sem controle e que devem ser considerados como uma nova forma de protecionismo.

Mauro Laviola questionou o sentido da convergência. Vera Thorstensen respondeu que os Estados Unidos e Europa têm seus padrões próprios, mas disse que em sua opinião, a convergência visa facilitar comércio.

Yane Carvalho da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) completou dizendo que a Anvisa tem trabalhado em diversos foros de convergência regulatória e explicou que seria uma coordenação com outros países sem a obrigação de incorporar as normas harmonizadas à regulamentação nacional, como realizado no Mercosul. Esse trabalho é de convergir em requisitos técnicos, aproximar as regras dos países para facilitar o comércio.

Para dar continuidade ao assunto, o Coordenador-Geral de Negociações Extrarregionais do MDIC, Alexandre Lobo, foi convidado a relatar sobre o trabalho de convergência regulatória entre Brasil e Estados Unidos.

Alexandre Lobo comentou que toda normativa americana é voltada para padrões privados e o setor privado brasileiro frequentemente relata as complicações de comércio com os Estados Unidos, visto que os padrões daquele país são privados e voluntários, tornando difícil sua superação.

Foi citado o exemplo de convergência entre a *Tile Council of North America* (TCNA) e a Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (Anfacer), sobre Porcelanato. Alexandre Lobo explica que o interesse de convergência parte dos setores privados e o Departamento de Comércio dos EUA e o *National Institute of Standards and Technology* (NIST) anunciaram que apoiam esse trabalho de convergência junto às entidades privadas.

Vera Thorstensen questionou a reação dos europeus. Alexandre Lobo respondeu que o MDIC e o Inmetro já estão trabalhando junto à União Europeia para estabelecer um mesmo trabalho e que os setores brasileiros estão sendo consultados para iniciar o diálogo com europeus.

Julio Baena do Ministério do Meio Ambiente (MMA) comentou que uma discussão paralela em curso é sobre a produção e consumo sustentável desenvolvido no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), denominado: Programa Quadro Decenal sobre Produção e Consumo Sustentável ou “Processo de Marrakech”.

Rogério Corrêa destacou a importância da questão levantada por Julio Baena para o comércio. Com relação aos padrões privados, Rogério Corrêa complementou dizendo que tal ação indica uma clara participação dos Estados, porém uma dificuldade em levar essa questão para a OMC.

Sylvio Napoli da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) destacou também a importância da regulamentação de roupa infantil, devido a ocorrência de acidentes, por exemplo, com cordões e produtos químicos nocivos à saúde. Informou da lista que contém 10 substâncias químicas que são perigosas, quando em contato com a pele, e da proibição, por parte da União Europeia, da entrada de produtos que apresentem tais substâncias.

Camila Zelezoglo da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) complementou dizendo sobre a importância do trabalho de convergência regulatória com os EUA e que estão consultando as empresas para identificar casos que possam ser tratados no âmbito desse trabalho.

6. Relato dos setores industriais sobre barreiras técnicas enfrentadas

A representante da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), Cassia Ferreira, apresentou as dificuldades na exportação para o Chile, devido a Lei 20.606 que estabelece a composição nutricional de alimentos e cria regras para a publicidade e rotulagem dos alimentos.

Cassia Ferreira informou que os limites estabelecidos pela referida Lei não tem base científica, apontou os argumentos críticos a essa Lei e apresentou medidas menos onerosas e mais efetivas que já foram adotadas pelo Brasil para tratar de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis. No final, agradeceu o apoio do Inmetro nesse processo.

Juliana Ghizzi do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) complementou dizendo que a questão da rotulagem dos alimentos é um tema que tem despertado muitas discussões na OMC e em outros fóruns. A ABIA procurou a Secretaria de Comércio Exterior, que subsidiou várias interlocuções com o governo chileno na busca de soluções. A questão de rotulagem tem sido o tema mais discutido devido o fato da proliferação desses regulamentos no mundo, portanto não é um tema isolado.

7. Relato da última reunião do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio da OMC

Juliana Ghizzi relatou os principais pontos trabalhados na última reunião do CBTC da OMC pela delegação brasileira. Entre estes as reuniões bilaterais com o Chile, Estados Unidos, União Europeia, Tailândia e Equador. Sobre o Equador, foram apresentadas preocupações comerciais específicas relacionadas a veículos, rotulagem, cosméticos, cerâmica e alimentos. Sobre o Chile, questões sobre rotulagem de alimentos e sobre a Tailândia em rotulagem de bebidas alcoólicas.

Juliana Ghizzi comentou também sobre a recorrência das discussões nas últimas reuniões na parte dedicada às preocupações comerciais específicas.

O Regulamento REACH sobre produtos químicos da União Europeia foi objeto de reunião bilateral com a delegação do bloco e de várias discussões com a missão do Brasil em Genebra. O material elaborado no CBTC foi muito elogiado, principalmente a parte de análise técnica jurídica. Porém é necessário anexar à análise os dados de impacto para a indústria, não apenas para o embasamento nas discussões na OMC.

Juliana Ghizzi reforçou o pedido feito a Abiquim em relação ao REACH. O representante da Abiquim respondeu que já foi feito um estudo pela Abiquim sobre o impacto econômico financeiro das indústrias químicas que exportavam para a Europa, e que esses dados estão sendo resgatados e futuramente serão repassados.

Em relação à sétima Revisão Trienal, Juliana Ghizzi informou que as propostas discutidas foram, em sua maioria, sobre o papel dos pontos focais, das entidades reguladoras e boas práticas regulatórias, sobre rotulagem de alimentos e a criação de um painel específico para se debater tema, porém, em relação a esse último ponto não houve deliberação.

Sylvio Napoli destacou a importância do processo de compras públicas sustentável. Informou que Espanha e Colômbia já tratam desse assunto e o Brasil precisa avançar nesse ponto, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e do Planejamento.

8. Temas que serão discutidos na próxima Reunião do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio

Rogério Corrêa destacou a importância do setor privado relatar ao Ponto Focal de Barreiras Técnicas seus casos, que podem ser apresentados nas reuniões do CBTC.

Diego Pizetta, Chefe Substituto da Divisão de Superação de Barreiras Técnicas do Inmetro, iniciou sua apresentação mostrando gráficos comparativos sobre o número de notificações TBT e os países com liderança nesses números. O Brasil encontra-se em 3º lugar neste ranking. A seguir, demonstrou o aumento do número de preocupações comerciais específicas durante as reuniões, bem como os países mais questionados.

Comentou a importância da criação de canais conhecidos pelas empresas brasileiras que permitam o “fluxo” sustentado dos casos em maior número e com mais informações sobre seu impacto.

Por fim, Diego Pizetta comentou que os temas discutidos no CBTC são de grande importância para “qualificar” a discussão sobre barreiras técnicas no Brasil e que a regulamentação técnica não deve ser apenas pensada como uma proteção do consumidor e do meio ambiente. Nos países avançados, essa questão está atrelada a política industrial e comercial.

9. Outros assuntos

Vera Thorstensen finaliza a reunião fazendo um pedido para o MDIC, ANVISA, Inmetro e para o setor têxtil, para apresentarem na próxima reunião seus trabalhos com mais detalhes e mostrar o que está sendo abordado em relação a comércio externo e a sustentabilidade.

Próxima Reunião:

Data: 03/09/2015

Horário: a definir

Local: FIESP – São Paulo